

**VESTIR UM SANTO PARA DESPIR OUTRO? PRÁTICAS
RELIGIOSAS EM SANTO AMARO DO SUL, DISTRITO DE
GENERAL CÂMARA, RS**

*DRESS A SAINT TO UNDRRESS ANOTHER? RELIGIOUS PRACTICES
AT SANTO AMARO DO SUL, GENERAL CÂMARA, RS.*

André Luis Ramos Soares¹

Resumo: Este texto é o resultado dos trabalhos de extensão e pesquisa em Educação Patrimonial, Arqueologia e História Cultural realizados pela equipe do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria, na localidade de Santo Amaro do Sul, distrito de General Câmara, situado a 90km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Neste artigo tratamos das disputas de poder envolvidas nas práticas religiosas.

Palavras-chave: Festas religiosas. Patrimônio imaterial. Representações.

Abstract: This paper is the result of the extension and research projects in heritage education, archaeology and cultural history lead by the Memory and Heritage Studies Laboratory, linked to the Pro-Rectorry of Extension of the Federal University of Santa Maria, at Santo Amaro do Sul, General Câmara, located 90km from Porto Alegre, Rio Grande do Sul's capital. This article is about the power struggles involved in religious practices.

Key words: Religious festivals. Intangible heritage. Representations.

¹ Doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

Deus está no particular
Aby Warburg

A epígrafe utilizada por Carlo Ginzburg em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (GINZBURG, 1989), e atribuída por ele a Aby Warburg, mostra-se significativa como representação deste artigo. Aqui, não se fala de Deus, mas de festas católicas realizadas no atual distrito de Santo Amaro do Sul, pertencente ao município de General Câmara, no Rio Grande do Sul. Nosso objetivo principal é apresentar como se formaram as práticas e representações relacionadas a estas festas e como elas se articulam com as disputas de poder entre os grupos locais.

As pesquisas em Santo Amaro surgiram a partir do trabalho conjunto iniciado em meados da década de 2000 entre o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Santa Maria (NEP-UFSM), e o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA-UNISC). A partir de um levantamento dos patrimônios do distrito – reconhecidos ou não pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – o projeto abarcou, durante os anos seguintes, pesquisas arqueológicas, ações de educação patrimonial e, atualmente, atividades de extensão e pesquisa em história cultural.

Optamos por apresentar uma parte da religiosidade católica, presente nas festas de Nossa Senhora do Rosário, Divino Espírito Santo e Santo Amaro, justamente por que o local em tela é reconhecido pelo seu patrimônio de pedra e cal, e ainda desconhecido pelos seus bens culturais imateriais.

Entendemos o conceito de cultura como uma complementaridade entre as idéias de Carlo Ginzburg e Roger Chartier. Este último afirma que a História cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 1990. Sua concepção de cultura perpassa pelos conceitos de práticas e representações (ambas individuais e coletivas) e as relações e complementaridades (ou, nos termos utilizados por Ginzburg, na circularidade) entre eles.

Ginzburg entende a cultura como uma “jaula flexível” que constrói o universo no qual a comunicação e ações dos indivíduos são possíveis (além do aspecto invisível dos limites da cultura, que não será trabalhado aqui) e uma das maiores preocupações de seu trabalho é a relação entre as expressões culturais dos indivíduos, ou mesmo em pequenas comunidades, e a já mencionada “jaula” (GINZBURG, 1987) Colocando em outros termos, a relação entre as dimensões “micro” e “macro” da História, principalmente a representatividade dos estudos “micro” em escalas mais abrangentes.

Voltando aos conceitos de representações e práticas, de acordo com Le Goff, o campo das representações “engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida” (LE GOFF, 1994), determinando um conceito de cultura principalmente como um processo comunicativo e não apenas como o conjunto total de bens culturais produzidos por uma sociedade.

Nossa abordagem parte do ponto que, em se tratando de religiosidades e práticas religiosas, podemos observar diversos discursos, às vezes camufladamente antagônicos, e em outras oportunidades assumidos, recriados e reinventados com a epígrafe de práticas culturais. Neste sentido, longe de buscarmos um conceito fechado de cultura, na qual as distintas disciplinas utilizarão corpus científicos diferenciados para sua conceituação, buscamos trabalhar a cultura como categoria de pensamento, no qual diversos conceitos aparentemente contraditórios possam conviver sem danos a abordagem sugerida.

José Barros, tendo por base o trabalho de Chartier, define assim as práticas culturais:

O que são as ‘práticas culturais’? Antes de tudo, convém ter em vista que esta noção deve ser pensada (...) também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade examinada pelo historiador. São práticas culturais não apenas a feitura de um livro (ou mesmo sua recepção), uma técnica artística ou uma modalidade de ensino mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem seus estrangeiros. (BARROS, 2005, p 130)

Ainda, é necessário destacar que nossa concepção não é de uma cultura homogênea e pacífica, mas sim de diversas “culturas” heterogêneas (em variados níveis) e com conflitos internos e externos (com outras “culturas”). Portanto, entendemos não apenas as representações (sentido original dado por Chartier), mas as culturas heterogêneas e polifônicas também como “um campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e de dominação”, ou seja, “lutas de representações” (1990, p.17). Embora reconheçamos uma tentativa do Estado em diminuir os conflitos de grupos sociais em busca de uma relação harmônica e consensual entre os diversos segmentos que compõe as comunidades locais, observamos que não somente este discurso não se enquadra com a realidade, mas, sobretudo, mascara os embates pela detenção da memória, do patrimônio e da cultura popular.

Cada cultura corresponde a uma comunidade (tratado por nós como sinônimo de grupo social). Grupo social aqui é entendido como duas ou mais pessoas que se

reconhecem como possuidoras de características culturais (maneiras de falar, patrimônios, práticas de esportes, práticas religiosas, entre outros) comuns. Cada indivíduo, assim como as culturas, é também heterogêneo e conflituoso (interna e externamente), ou seja, participa de diversos grupos sociais (e, portanto, de diversas culturas) durante sua vida, abandonando alguns e inserindo-se em outros, mantendo poucos de forma vitalícia. A identidade pode ser circunstancial, pois os indivíduos podem assumir identidades de acordo com a situação em que se encontram.

Assim, destacamos a circularidade, termo de Ginzburg, não só entre as culturas, mas também dos indivíduos entre grupos sociais e culturas diferentes. Benedict Anderson especifica o que entende por comunidade: “*In fact, all communities larger than primordial villages of face-to-face contact (and perhaps even these) are imagined.*” (Anderson, 1991, p.6) Imaginadas, para o autor, representa a carga sócio-cultural construída coletivamente, que ao mesmo tempo em que sugere identidade, remete a uma realidade que empiricamente, não existiu necessariamente. Tratar de comunidades imaginadas se enquadra em nossa proposta na medida em que, historicamente tendo sido colonizada por açorianos no século XVIII, não há mais descendentes no local, e ainda assim esta identidade é reivindicada. Entretanto, observamos que todos os grupos sociais são imaginados, e, para existirem, necessitam de um campo de representações, assim como de práticas culturais, econômicas, sociais e políticas.

O pertencimento a esses grupos sociais, conjuntamente com a memória, é fundamental para a definição da identidade individual e coletiva. Ambas, portanto, também heterogêneas e conflituosas, além de mutáveis no tempo. Le Goff afirma que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (1990, p.476). Ou, nas palavras de Halbwachs: “Certo, a memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que simultaneamente ou a contingência reaproxima momentaneamente” (2006, p.14). Assim, compreendemos que este autor afirme que a memória existe, mas é um constructo social.

Sobre a identidade, Peter Burke afirma: “uma maneira de definirmos nossa identidade, talvez a principal, seja em contraposição ao ‘outro’, em primeiro lugar aos vizinhos” (2008, p.160). Desta forma, pensamos que resulta tão importante quanto a contraposição ao “outro” para a formação da identidade, a participação positiva do “outro” na construção de nossa identidade individual e das identidades coletivas dos grupos sociais que participamos. Recorrendo a Geertz:

Segundo, e mais importante, a diferença deve ser vista não como a negação da semelhança, seu oposto, seu contrário e sua contradição. Deve ser vista como abarcando-a: situando-a, concretizando-a, dando-lhe forma. Já que se foram os blocos, e com eles suas hegemonias, estamos diante de uma era de emaranhados dispersos, cada qual singular. A unidade e a identidade existentes terão que ser negociadas, produzidas a partir da diferença”. (2001, p.198)

A construção das identidades são processos históricos, e no ocidente, estão estreitamente ligados a criação dos estados nacionais, que buscam nas ‘raízes’ questões ligadas a etnia, formação da língua, etc. Porém, mesmo com laços no passado, toda a seleção de elementos que compõe a cultura “oficial” de uma comunidade é construída socialmente, a ponto de podermos falar de uma “tradição inventada”:

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.(HOBSBAWN & RENGER, 1997, p. 35)

Da mesma forma, a seleção destes elementos que vão compor a tradição, a história, a memória e o passado, oficializados e comumente aceitos, é realizada por um grupo ideologicamente articulado, que constrói estes componentes e reproduzem representações de grupos dominantes. Nas palavras de Le Goff, “A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (1990, p. 11). Mas ainda assim não podemos esquecer que esta mesma memória, objeto de poder, é social e historicamente construída, tecido imbricado no qual não percebemos as fibras que a compõe:

Seria o caso, então, de distinguir duas memórias, que chamaríamos, se o quisermos, a uma interior ou interna, a outra exterior; ou então a uma memória pessoal, a outra memória social. Diríamos mais exatamente ainda: memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla que a primeira. (HALBWACHS, 2006, p. 55)

Expandindo os conceitos de Hobsbawm, Ranger e Le Goff, todas as culturas, comunidades, grupos sociais, memórias, identidades, práticas e representações são construídas e inventadas e perpassadas por disputas pelo poder (seja político, econômico, social ou cultural) e são, voltando ao conceito de Ginzburg, circulares, interdependentes e complementares. É sob este olhar que analisamos as festas religiosas em uma pequena cidade de menos de dez mil habitantes.

Definidos estes conceitos, faremos inicialmente um pequeno histórico de Santo Amaro, com o objetivo de situar o local de nossa pesquisa. Posteriormente, será realizada uma descrição das festas e das relações dos grupos sociais participantes. Por fim, faremos uma análise destas relações nos termos discutidos acima.

HISTÓRICO DA VILA DE SANTO AMARO DO SUL, ATUAL DISTRITO DE SANTO AMARO, MUNICÍPIO DE GENERAL CÂMARA, RS

A vila de Santo Amaro do Sul compõe um dos mais conservados sítios históricos do Rio Grande do Sul. Mantendo o traçado urbanístico original do século XVIII, possui uma série de imóveis tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mostrando-se como um dos poucos conjuntos urbanos com características coloniais ainda existentes no estado. Antes de receber o nome de Santo Amaro do Sul a localidade teve outras denominações ao longo da história, entre elas: Forqueta de Santo Amaro, Forte de Santo Amaro, Porto de Santo Amaro e Amarópolis.

Com relação à data oficial de fundação de Santo Amaro do Sul, ainda há controvérsias entre os historiadores: alguns indicam o ano de 1737, e atribuem a José da Silva Pais; outros, o ano de 1753, atribuindo a fundação a Gomes Freire de Andrade. Quanto à ocupação açoriana, existem referências a partir do ano de 1755.

A ocupação inicial da área que corresponde a atual Santo Amaro do Sul se deu por conta da expansão das possessões portuguesas em direção ao Rio da Prata, que teve na fundação da Colônia de Sacramento (1680) a ruptura dos limites acordados no Tratado de Tordesilhas. Nesse período, a região platina constituiu um ponto de interação entre portugueses, jesuítas, espanhóis, índios Guaranis, Tape, Charrua e Minuano.

Em 1750, temos a chegada dos casais dos Açores (cerca de 400), estabeleceram-se em pequenas povoações nas áreas próximas ao litoral e outros foram acomodados ao longo do rio Jacuí e Taquari, sendo uma dessas regiões Santo Amaro do Sul. Devido ao fracasso do Tratado de Madri o governo foi obrigado a distribuí-los para Viamão e Porto Alegre, e nos anos seguintes para outras localidades, entre elas Santo Amaro e Rio Pardo, onde ficaram dispersos e sem receberem as terras prometidas.

A ocupação das missões e o estabelecimento das tropas portuguesas justificavam a construção de um forte e depósito de víveres. Este era, além de um ponto de apoio de víveres e munições das tropas, o princípio de uma colonização lusa

no Brasil Meridional. Embora as datas de construção do forte e da vila ainda sejam controversas, os documentos apontam para o período entre 1751 e 1770.

A partir de 1761, temos modificações e transferências de territórios passando por mãos portuguesas e espanholas. No mesmo ano, com o Tratado de El Pardo temos a anulação das transferências de territórios acordadas no Tratado de Madri; em 1777 temos a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso em que foi acordada a devolução da Ilha de Santa Catarina e de Rio Grande ao domínio português, sendo que à Espanha foi entregue a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos das Missões. Já em 1801 temos a incorporação das Missões pelos luso-brasileiros, a partir da ofensiva militar de Manoel dos Santos Pedroso e José Borges do Canto. No mesmo ano, o Tratado de Badajós regulamenta a posse de Portugal que recebeu a região dos Sete Povos, ficando o Rio Grande do Sul com os contornos próximos aos atuais.

Após a consolidação do domínio português, em 1809, a Freguesia de Santo Amaro foi incorporada a Rio Pardo em função de sua emancipação e posteriormente a Taquari (1849). Em 1881, Santo Amaro foi elevada à categoria de município e conseqüentemente desmembrada de Taquari. Já em 1891 foi desmembrado o município de Venâncio Aires (São Sebastião Mártir) de Santo Amaro era desmembrado, sendo que no ano de 1913 a sede possuía 92 prédios e 450 moradores. Neste contexto, o rio Jacuí já desempenhava um papel fundamental para o sucesso do comércio local, oferecendo significativa importância para a região.

Na década de 1930, ocorre a transferência da sede do município para o antigo distrito de Margem, atual General Câmara. Nos anos subseqüentes, a economia local entrou em decadência, com a diminuição na produção pesqueira e desativação da linha férrea que passava por Santo Amaro.

O NEP EM SANTO AMARO DO SUL

A origem deste trabalho remonta o ano de 2005, quando o Núcleo de Cultura de Venâncio Aires (NUCVA) iniciou o processo de restauro da igreja matriz de Santo Amaro, com recursos do Programa Monumenta. De acordo com a legislação sobre o patrimônio, era necessária a realização de um programa de resgate arqueológico no interior e no entorno da Igreja, adro e arredores. Para estas atividades o NUCVA contratou o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA-UNISC), coordenado pelo professor doutor Sergio Célio Klamt, que, em atendimento também a legislação em vigor, buscou a parceria do Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória da Universidade Federal de Santa Maria (NEP-UFSM) para as atividades de educação patrimonial e valorização do patrimônio na comunidade.

Nas escavações arqueológicas foram resgatadas evidências de mais de dez indivíduos, no altar mor e no adro da igreja. Embora o trabalho citado tenha sido realizado de forma sistemática, intervenções não acadêmicas anteriores promovidas por ‘caçadores de tesouros’ não permitiu a identificação dos esqueletos remanescentes, como desejavam algumas lideranças locais que acreditavam que ali foram depositados os restos mortais de um herói da Revolução Farroupilha (1835-1845).

O trabalho desenvolvido por um dos autores e equipe (KLAMT, SOARES, 2010) evidenciou o forte laço entre a comunidade e sua igreja, mas em um discurso alienado sobre o patrimônio, a guarda e a tutela dos bens culturais existentes no local. Para a comunidade como um todo, o patrimônio era o manifesto em pedra e cal, discurso amplamente difundido, reconhecido e reproduzido pelos representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão ao qual as pessoas mantêm uma relação ambígua de amor e ódio devido a compreensão que as pessoas tem da preservação do patrimônio. Se para alguns o Instituto é um aliado e parceiro para a valorização da Vila através dos procedimentos de restauração de prédios históricos, para outros é o órgão cerceador de modificações necessárias nos prédios ainda habitados.

Em trabalho recentemente publicado, Souza e Lima (2010) mostram a ambiguidade e as implicações da relação entre o poder público e os moradores. Desta forma, além da educação patrimonial como forma de valorização dos bens culturais edificados, a proposta do NEP foi realizar uma valorização dos bens imateriais, e para tanto era necessário um processo de resgate destes elementos, bem como da auto estima na população, haja vista um discurso negativo e de auto piedade em que as pessoas referendavam que ‘tirando a igreja e as casas (o patrimônio histórico) nada haveria a valorizar’. Mesmo com o duplo sentido da palavra ‘resgate’ enquanto seleção de elementos a serem recuperados, éramos conscientes de que somente uma parcela de bens imateriais poderiam ser valorizados, como veremos adiante, sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário.

Desta forma, o NEP buscou junto a comunidade diversos elementos menosprezados, mas representantes da cultura popular, que segundo a percepção do próprio IPHAN podem ser considerados patrimônios imateriais, como as festas, os saberes, os conhecimentos, etc. Inicialmente dialogando com a única escola da localidade, percebemos que nem os professores conheciam a história, o passado e os bens culturais existentes na localidade. O resultado parcial deste levantamento está em Klamt e Soares (2010).

Porém, se por um lado existe uma história oficial e registros históricos sobre a origem do povoamento, sua trajetória e as causas da decadência, em consonância com uma história biológica para as pequenas comunidades, por outro a efervescência das festas religiosas, dos cultos e das polifonias culturais e étnicas ainda merecem registro. Momento único onde a Vila retoma seu pulsar original, buscávamos um registro de como ocorriam as festas e folguedos locais, em um local onde hoje habitam seiscentos e oitenta e sete habitantes e que, durante as festas, chega receber três mil pessoas. Foi partindo da ausência de documentos que recorremos à história oral como mecanismo de registro para o passado presente e vivenciado na memória.

REGISTROS HISTÓRICOS: A ORALIDADE COMO METODOLOGIA

Não há referências bibliográficas sobre as festas religiosas em Santo Amaro. Embora seja uma das irmandades religiosas mais antigas ainda em funcionamento, não temos registros de estudos históricos, antropológicos ou folclóricos sobre o evento. Assim, as informações apresentadas neste capítulo foram obtidas através de entrevistas com a população residente em Santo Amaro. Entre essas pessoas, destacam-se José Carlos Meirelles e Nancy Meirelles, sua esposa, Francisco Pereira Rodrigues, Vitor Konrad, Maria Irene Selbach, Rauber Selbach, Mauro da Rosa Fischer, Ronaldo da Cruz Reichel, Waldomiro da Costa Bastos, Eliseu Lopes, Clóvis da Luz, Verônica Kerm, Olinda Guilhermina Konrad, Pedro Konrad e José Faleiro. Estas pessoas representam diversas instituições da cidade e as mais diversas profissões e grupos sociais.

A Igreja Matriz de Santo Amaro, concluída em 1787 (RODRIGUES, 1994, p. 20), é o centro da vida religiosa católica na vila. Ao longo dos séculos, surgiram diferentes histórias em torno da igreja e de sua utilização. A mais conhecida delas, e até hoje relatada por muitos moradores, gira em torno da existência de um túnel ligando-a ao fortim, localizado às margens do rio Jacuí. Assim como esta, diversas lendas povoam o imaginário da população, referente a tesouros enterrados deixados pelos jesuítas, entre outros elementos da cultura popular local.

Entretanto, é interessante notar a força que as histórias populares e lendas assumem na vida das pessoas, pois, mesmo com a confirmação de que o túnel não existe, segue sendo citado pelos santoamarenses quando questionados sobre os aspectos históricos da vila.

AS FESTAS CATÓLICAS DE SANTO AMARO DO SUL

A presença de organizações sociais é forte em Santo Amaro. Dentre as várias instituições que reúnem a sociedade civil, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro é a mais marcante delas. Constitui-se como uma das mais antigas do gênero no país, fundada em 1806, e afirma-se como um grupo disposto a promover o bem-estar social da comunidade santoamarense.

Segundo o provedor da Irmandade, a mesma foi criada a partir da promessa de um fiel que, caso obtivesse a graça da cura de uma doença, doaria suas propriedades para a constituição desta irmandade, que deveria ser mantida sempre com doze membros tal cristo e seus apóstolos. Esta irmandade, devido aos recursos obtidos pelo arrendamento de suas terras, desfruta um relativo poder econômico, mas, sobretudo pela posse do prédio da Matriz de Santo Amaro. Isso significa afirmar que a Igreja de Roma não tem autoridade sobre o templo. O padre responsável pela celebração das missas no local, por exemplo, é contratado pela Irmandade. Desta forma, a instituição possui uma enorme influência na vida local, não somente no que tange a realização da festa religiosa, mas em todo o cotidiano da Vila.

As festividades religiosas constituem-se como um elemento marcante no universo cultural de Santo Amaro do Sul. Nelas podem ser identificados muitos traços característicos dos colonos luso-açorianos, que ocuparam a região do rio Jacuí em meados do século XVIII. Os monumentos hoje tidos como patrimônios da localidade, entre eles a Igreja Matriz, datam desse período e apresentam traçado urbanístico característico.

Outro viés a ser explorado em relação à Igreja Matriz é a sua utilização como ponto de peregrinação e de celebração em honra à santos católicos, sobretudo a Santo Amaro, padroeiro da comunidade. As manifestações culturais de tradição açoriana, como as festas (Soares e Klamt, 2010), mesmo sem a presença de representantes desse grupo, seguem sendo importantes para os moradores da vila. Além do papel espiritual, elas contribuem para o desenvolvimento econômico, haja vista que praticamente inexitem alternativas para obtenção de renda, além da pesca.

Nesses mais de dois séculos que separam a fundação de Santo Amaro e os dias atuais, muitas transformações ocorreram nessas festas. Por motivos políticos e econômicos, apenas duas delas sobrevivem até hoje, Santo Amaro e Nossa Senhora dos Navegantes, e a sua manutenção e realização são alvo de intensas disputas entre diferentes setores da sociedade local.

Entretanto, cabe ressaltar que o distrito apresenta uma complexidade étnica que vai além dos traços culturais trazidos pelos primeiros colonizadores. A “aldeia dos

negros” é uma comunidade afro-brasileira existente na vila de Santo Amaro, e ao que tudo indica remanescente de quilombolas ou forros. A comunidade, que desenvolvia suas festas de forma apartada “dos brancos” até os anos 1970 do século XX, é bem presente nas memórias dos cidadãos da localidade.

Um personagem importante, nesse contexto, foi o senhor “Cafuncho”, um negro que desempenhava diferentes funções na vila, como a de capelão, sacristão-mor, sineiro e coveiro. Ele foi o responsável pela organização e realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, mantendo viva essa tradição. As danças e ritos de matriz africana eram comumente realizados a céu aberto, e, segundo relatos de moradores, próximo a uma figueira, que até hoje compõem o cenário da antiga aldeia. Quando ele muda-se para Porto Alegre, a festividade deixou de ser realizada.

A festa de Santo Amaro, por sua vez, é realizada no distrito há mais de um século, organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santo Amaro. Ela é composta por uma novena, uma procissão luminosa, um baile e missas celebradas na Igreja Matriz e reúne atualmente cerca de 2.000 pessoas entre os dias 14 e 15 de janeiro. Durante muito tempo, a festa restringia-se ao dia 15, após as festas de Nossa Senhora do Rosário e Divino Espírito Santo, sobre as quais há pouquíssimos registros, restritos a escassos testemunhos orais.

Além dos acontecimentos de natureza religiosa, a economia local é fortemente afetada durante os dois dias do evento. Diversos comerciantes, de vários locais do estado, dirigem-se à localidade, a fim de atender os romeiros que visitam Santo Amaro e fazem aumentar a população local durante a festa (possuindo em torno de 600 pessoas, a comunidade vê as ruas de a cidade serem tomadas por até 3.000 pessoas). As ruas do distrito ficam movimentadas, devido ao intenso fluxo de veículos e pessoas.

A celebração é permanentemente vivida pelos santoamarenses. Quando a festa de um ano se encerra, a comunidade já começa a respirar os ares da festividade do ano seguinte. Apesar do envolvimento dos órgãos eclesiais e organizações civis, como a Irmandade, as pessoas, direta ou indiretamente, são afetadas.

Em fevereiro, outra festa movimenta a vila, mesmo que de forma menos expressiva: Nossa Senhora dos Navegantes. Realizada durante muito tempo, a festa deixou de ser celebrada, sendo retomada em 1989, por iniciativa da AVASA (Associação dos Veranistas e Amigos de Santo Amaro) e com apoio do Padre Ely, na segunda semana do mês, a fim de atrair um maior público por ser realizada em data diferente do que ocorre no restante do Rio Grande do Sul.

Os recursos obtidos com as festividades permitiram o investimento em necessidades pontuais dos moradores, como o término da construção de um posto policial (pela AVASA) e a reforma das estruturas do balneário, importante fonte de

divisas através do turismo, com utensílios para facilitar a estada dos veranistas e a utilização por parte dos santoamarenses, como churrasqueiras, bancos e banheiros.

De 1989 até 2005, a organização da procissão (terrestre e náutica) e da festa de Navegantes era organizada pela AVASA. Contudo, em virtude de uma doença do vice-presidente da associação, solicitou-se a Irmandade que assumisse temporariamente a organização do evento. Aparentemente, essa mudança de coordenação parece inocente, contudo, adentrando na sua história e entrevistando os moradores locais, percebe-se que há uma intensa disputa pelo controle da festividade entre os pescadores e parte da comunidade e a Irmandade, revelando a luta de interesses e poder não apenas sobre os patrimônios materiais, mas também sobre os imateriais.

Esse litígio entre os diferentes grupos sociais pela “posse” desses elementos culturais também pode ser visualizada em relação aos bens de caráter material. Santo Amaro do Sul possui um conjunto de dezesseis monumentos, sendo quatorze prédios, a Igreja Matriz e a praça central. A utilização e preservação desses bens passou a sofrer vigilância do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

No Brasil, ainda é muito presente a mentalidade de que os prédios, a “pedra e cal”, são os patrimônios por excelência. Por conta disso, a postura do IPHAN tem sido de priorização do monumento em detrimento do homem, que, por direito, é o seu verdadeiro detentor.

Uma das principais propostas de nossas pesquisas é a duplicidade do patrimônio material e imaterial como dois lados da mesma moeda. Todo patrimônio tem seu âmbito material e imaterial. A Igreja Matriz de Santo Amaro é considerada um patrimônio material, mas ela apenas é um patrimônio por fazer parte do campo de representações de um grupo social e, portanto, a sua manutenção é importante para a continuação da ideologia deste grupo, aqui levada a cabo como sendo ‘importante para a comunidade’.

As festas e o rio Jacuí são tomados como elementos importantes para a existência física e espiritual da comunidade. Não são apenas os peixes e o meio de transporte fluvial, mas a religiosidade, expressa nas festas e devoções, representa a conexão entre o espaço e as pessoas, no qual imagens de santos, romarias e procissão terrestre e fluvial são imbricadas em sua manifestação popular. Patrimônios materiais e imateriais se confundem no andor carregado, na fé sentida e no rio que sustenta uma comunidade remanescente de pescadores e moradores da Vila.

RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS EM SANTO AMARO DO SUL

As disputas entre os grupos sociais em Santo Amaro envolvem quatro aspectos: As organizações sociais, como a Irmandade e a AVASA surgem, além de outros aspectos, como resposta a complexidade de fatores envolvidos nesta disputa, exigindo uma maior organização por parte dos grupos sociais envolvidos.

Os aspectos econômicos do controle das festas são as rendas obtidas em decorrência de um grande público que as freqüentam. Os aspectos políticos e sociais são relacionados ao controle do poder político informal e do controle social sobre a população da cidade, já que as festas constituem-se como a mais importante fonte de renda da cidade e da preparação para as festas ocupar uma grande quantidade de pessoas.

Além disso, a disputa pelo domínio das festas ocorre também devido a representação que este domínio possibilita: a de que o grupo e/ou organização que as controlam tem a possibilidade de acumular mais poder (BOURDIEU, 1989).

Os aspectos culturais perpassam, através de diversas práticas e representações, por questões de comunidade, memória, identidade. Os grupos sociais que representam a AVASA e a Irmandade possuem interesse nas festas por serem ambas representações da identidade açoriana (embora não existam mais descendentes de açorianos no distrito), apropriando-se da memória e das práticas que constituíram a identidade açoriana para construir sua própria identidade coletiva. Isto é corroborado pela tentativa da AVASA de reinstaurar o artesanato com escamas, característico dos açorianos que viveram em Santo Amaro, mas que não é mais produzido.

Além do aspecto “positivo” de relação com o “outro” para construção da identidade, também está presente o aspecto da contraposição, pois essa identidade é retomada no momento em que a identidade afro-brasileira se enfraquece no distrito, com a extinção da festa da Nossa Senhora do Rosário.

Aqui podemos identificar mais uma representação: as festas são de imigrantes açorianos e não de afro-descendentes, e esta exclusão cultural implica também em exclusão social, política e econômica. A participação de negros na organização das festas é bastante recente. Segundo as entrevistas realizadas, a adesão de membros negros à Irmandade ocorreu há poucos anos, e ainda está restrita a apenas um representante. A segregação racial em si é um elemento bastante presente no histórico da Vila, seja no tempo em que existia uma aldeia separada do restante da comunidade ou nas festas realizadas no salão da comunidade, onde existiam dois “ambientes”, onde negros e brancos ficavam separados.

O interesse da Irmandade pela festa organizada pela AVASA não é apenas de interesse econômico e político. Partindo do pressuposto da circularidade de Ginzburg (Lima, 2006, p. 120), podemos concluir que este interesse se deu também devido a necessidade de incorporação desta festa à identidade e à memória que a Irmandade está tentando construir para que o grupo social organizado na AVASA também fosse “incorporado”. Percebemos, portanto, a circularidade de aspectos culturais entre diferentes grupos sociais e, mais ainda, uma estratégia de dominação cultural.

Desta maneira, a construção da memória e da identidade coletivas que ocorre em Santo Amaro é claramente inventada, na medida em que se baseia em práticas e representações não-originais dos grupos sociais envolvidos e no poder econômico e social que o domínio e expansão desta identidade e desta memória proporciona. Lembra-se, no entanto, que a invenção não é algo intrinsecamente ruim, sendo necessária para preencher lacunas históricas, mas que são apropriadas por grupos que desejam deter o controle do passado.

Por fim, podemos perceber que, através da exclusão de festas originadas de outros grupos sociais (com a de Nossa Senhora do Rosário) e do controle absoluto das festas católicas originadas a partir do grupo social açoriano, a comunidade organizada na Irmandade busca a expansão destas festas no sentido de envolverem toda a população do distrito de Santo Amaro e de que elas passem a constituir suas identidades e suas memórias, aumentando, assim, a influência, o poder e a representatividade deste grupo social específico.

Então, a cada ano algumas memórias são reiteradas, reforçadas e perpetuadas. A cada ano os descendentes do senhor Cafuncho e outros membros da comunidade afro-brasileira vão embora da vila de Santo Amaro, a procura de melhores condições de trabalho. A cada ano se veste o Santo Amaro com as liturgias que despem os outros santos e tiram da memória os espaços para as velhas representações. Como dizia Halbwachs, “É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas.” (2006, p.60).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Imagined Communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres: Verso, 1991.

BARROS, José D’Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. IN **Diálogos**. Maringá: EDUEM, v.9, n.1, pp. 125-141, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- GEERTZ, Clifford. **A nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KLAMT, Sérgio Célio; SOARES, André Luis Ramos (Orgs.). **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994.
- SOUZA, Cristiéle Santos de. ;LIMA, Anita Estephane Vargas de. Patrimônio Cultural e comunidade: levantamento do patrimônio material e imaterial na vila de Santo Amaro. IN: KLAMT, Sérgio Célio; SOARES, André Luis Ramos (Orgs.). **Santo Amaro: arqueologia e educação patrimonial**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.p. 97-114.
- LIMA, Henrique Espada. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- RODRIGUES, Francisco Pereira. **Um pedaço do Rio Grande**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1994.